

O Resumo da 6.ª Conferência Internacional “Gestão Pública no Século XXI: Oportunidades e Desafios”

*Lam Soi Kuong**

A sexta Conferência Internacional, subordinada ao tema “Gestão Pública no século XXI: Oportunidades e Desafios” foi realizada com sucesso, pela Direção dos Serviços de Administração e Função Pública, Centro de Estudos da Administração Pública, a Universidade Sun Yat-Sen de Guangzhou na China, Universidade de Macau e Fundação de Macau, nos dias 16 e 17 de Outubro de 2014, no novo campus da Universidade de Macau. Esta conferência realiza-se há uma década e com uma periodicidade de dois em dois anos, desde 2004. O objetivo da conferência é: centrar-se na governação pública na era pós- crise, responder às grandes questões gerais de governação pública na era pós- crise, na conduta oportuna ao diálogo de alta qualidade: convidar investigadores académicos de governação pública locais e estrangeiros, para analisar as dificuldades e os desafios enfrentados pela governação pública na era pós- crise e explorar o modo de melhorar a governação pública. Foram convidados dez investigadores locais e funcionários públicos, conjuntamente com setenta académicos do Continente, Hong Kong, Taiwan, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália, Suécia, Japão, Coreia, Índia, Singapura, África do Sul, Tailândia e outros países e regiões, que participaram na Conferência.

Na cerimónia de abertura, José Chu, o diretor da Direção dos Serviços Administração e Função Pública da Região Administrativa Especial de Macau, deu início ao discurso de boas-vindas, tendo começado pela interpretação do objetivo da conferência e declarado o progressivo desenvolvimento económico de Macau. Além disso, ele mencionou igualmente que Macau tem de enfrentar, atualmente, novas mudanças no ambiente interno e externo, precisando de estar constantemente a atualizar-se e a melhorar o padrão e a capacidade de governação pública, lançar medidas administrativas e medidas de políticas públicas eficazes, a fim de manter a prosperidade e a estabilidade, a longo prazo, em Macau.

* Doutoramento em Ciência da Administração Pública pela Universidade Dr. Sun Yat-Sen.

O diretor José Chu, afirmou que a política pública é uma espécie de saída política, afirmando também, que a filosofia de gestão e a estratégia de implementação de todos os governos se manifestam de várias formas de política pública. Por esta razão, o governo de Macau atribui grande importância ao domínio da investigação sobre as políticas públicas, bem como à formação de pessoal e à tomada de consciência política de talentos, que irão contribuir para a definição das políticas.. A realização contínua na formação do desenvolvimento de políticas, a capacidade de tomada de decisão e gestão da administração para o pessoal da direção e chefia dos serviços públicos do governo da RAE de Macau, de modo a satisfazer a “formação pessoal” e os objetivos da política do governo. Assim, o programa da reforma administrativa do governo pode ser efetivamente implementado.

A conferência convidou o professor Allan Rosenbaum, da Universidade Internacional da Florida, Professor Edoardo Ongaro, da Universidade de Northumbria, no Reino Unido, Professor Hon S. Cha, da Universidade da Cidade de Hong Kong, Professor Tak-Wing Ngo da Universidade de Macau, bem como da Universidade de Fudan, Professor Qianwei Zhu, que apresentaram importantes discursos e resultados de pesquisa de ações e opiniões para o tema “*Frame Foundation*” de Governança na época de Pós Crise financeira, para os principais desafios do setor público e da administração pública, no âmbito da gestão pública, no século XXI, “Contexto da gestão estratégica e métodos para a organização de serviço público”, “Satisfazer os desafios dos mercados emergentes: défice de talentos na China”, “A Escassez do Sistema de Reformas de Mercado” e “Reforma do Sistema de Departamento e de Divisão do Poder”, respetivamente.

Allan Rosenbaum acredita que as duas últimas décadas do século XX e os primeiros 14 anos do século XXI não foram os mais favoráveis, na maioria das vezes, quer para o setor público quer no domínio da administração pública. Em muitas partes do mundo, tem havido constantes críticas às falhas do setor público e muitas críticas ao desempenho dos administradores públicos, o que leva às acusações frequentes de incompetência por parte das pessoas que trabalham no setor público. Essas críticas são muitas vezes ligadas a encargos específicos de falhas do setor público, como na sua capacidade de controlar eficazmente as economias nacionais, para combater as ameaças de terrorismo e para limpar e preservar o meio ambiente. O setor público também é frequentemente criticado por excesso de regulamentação do mercado e por prejudicar a capacidade de

inovação do setor privado. O resultado é de termos visto mundialmente um denegrir e uma banalização do trabalho do setor público e uma glorificação do setor privado.

Qianwei Zhu pensa que para o departamento de Reforma do Sistema é necessário resolver ambos os problemas estruturais, bem como novos problemas de ação. A separação relativa do poder de tomada de decisão, poder executivo, poder de fiscalização e controlo, limitações e coordenação, podem refletir-se simultaneamente a nível estrutural e operacional. Este trabalho revê e analisa a separação do processo de tomada de decisão, poder de execução e supervisão de energia, tendo ressaltado que o conteúdo do sistema de reforma de departamento, é em direção à reforma da burocracia weberiana, sendo também, o ADN, para alterar o governo.

A conferência segue a tradição da sessão anterior, contribuindo com “Fórum Macau”, que foi presidida pelo Professor Hon S. Cha da Universidade da Cidade de Hong Kong. Como oradores convidados, estiveram incluídos, o Professor Andrew Podger, do Australian National University, o Prof. Kaifeng Yang, da Universidade Estadual da Flórida, o Prof. Zhiren Zhou da Universidade de Pequim e o Prof. Liu Bolong da Universidade de Macau.

Estes convidados realizaram um debate aprofundado sobre a “Gestão de Desempenho” com foco na economia de Macau e as medidas utilizadas quando Macau enfrentou a crise e oportunidade em todos os aspetos sociais. Eles partilharam as suas experiências de desenvolvimento em todas as outras áreas. Além disso, eles convidaram especialistas, académicos e os funcionários do governo da RAE de Macau que participaram no fórum, tendo recebido comunicação interativa.

Com o aprofundar da globalização, a incerteza do mercado internacional cresce. Os governos não estão apenas a enfrentar problemas e desafios de governação comuns, mas eles também precisam de responder às suas questões económicas e satisfazer a procura dos serviços públicos dos seus cidadãos, estando por isso, os governos a promover ativamente a reforma do governo e a inovação do modelo governativo. A conferência pretende conhecer os pontos fortes de governação dos diferentes países, compensar a escassez e promover o intercâmbio de experiências de governação. Isso pode ajudar na melhoria da governação e na prática, melhorar os padrões de governação, ajudando também a promover a investigação e

educação em gestão pública. Portanto, o tema da conferência é em torno do “Governança Pública na era pós-crise”, incluindo a questão quente como a experiência da governança mundial; a experiência e inovação de serviço público, o modo e experiência de participação pública na governança e governabilidade social; do desenvolvimento económico e supervisão de Macau; a implementação de políticas e governança; democracia, política e administração; gestão de recursos humanos no setor público; a experiência internacional; as organizações padrão e lógica de trabalho, gestão financeira e de inovação, desempenho e gestão de governo, de concorrência e de cooperação entre os governos, ética administrativa e gestão de desempenho do governo, a reforma administrativa, principais desafios à corrupção do governo e pesquisa de políticas públicas.

I. Experiências de Governança Públicas Mundiais

Baogang, da Universidade Tecnologia de Nanyang, acredita que a interpretação ideal da democracia deliberativa de Habermas e Dryzek, é vista pelos críticos como prejudicial para o desenvolvimento e sustentabilidade da democracia deliberativa. Esta interpretação é vista como demasiado idealista e muito exigente para ser alcançada, pelos cidadãos individuais, para ser viável e bastante distante da realidade para ser prática. Em resposta a essas críticas, este trabalho desenvolve uma perspectiva administrativa da democracia deliberativa e uma conceptualização administrativa da democracia deliberativa, que pode ser encontrada na nova prática da administração pública. Para desenvolver uma democracia deliberativa viável e sustentável, precisamos de aprender e trabalhar com gestores públicos e políticos. A democracia deliberativa é sustentável se tiver boas ligações à governança complexa e apoiada pelos gestores públicos. Uma conceptualização administrativa coloca a teoria da democracia deliberativa sem fundamento e tem como objetivo, abordar os problemas de uma democracia deliberativa idealizada. Este trabalho terá também, como objetivo, encontrar um meio termo entre celebrante e céticos através de um traçado sobre as experiências de fóruns deliberativos e, em particular, uma sondagem deliberativa.

Letlhokwa George Mpedi, da Universidade de Joanesburgo, África do Sul, considerou que o propósito do seu trabalho é avaliar criticamente o passado e o presente e prever as reformas relativas à administração da segurança social na África do Sul. O artigo discute os “*drivers*”, os mentores das boas reformas da administração pública a partir de uma perspe-

tiva de segurança social (por exemplo, tribunais de justiça (em especial o Tribunal Constitucional da África do Sul), decisores políticos e Organizações Não Governamentais (ONG)), sucessos e fracassos, bem como as lições a serem tomadas com essas reformas, enquanto que, para ele, o trabalho examina as vantagens e desvantagens de cada um dos catalisadores de reformas da administração de segurança social na África do Sul, acima mencionados. O artigo prossegue analisando a importância de se ter protegido constitucionalmente a segurança social dos direitos pertinentes e um capítulo específico da Constituição, bem como lidar com a administração pública, em especial no contexto de um país em desenvolvimento, como a base para reforma da segurança social da administração. Além disso, o documento apresenta as lições a serem tomadas por outros países em desenvolvimento a partir das experiências de reforma da segurança social da administração sul-africana.

II. Modelo e Experiência de Governação

Xing Ni, da Universidade Sun Yat-Sen pensa que a Equipe de Liderança, é uma estratégia governativa importante e como ferramentas no processo político comunista, é amplamente utilizado na China, em larga escala, no governo nacional. O mecanismo de funcionamento do grupo da frente é a partir do pragmatismo tradicional histórico comunista do governo. Infelizmente, os acadêmicos parecem estar mais interessados em partir da perspectiva do funcionalismo estrutural e analisar o grupo da frente, evitando a exploração histórica associada. O artigo classifica o contexto histórico e evolução do “grupo da frente”, resumindo o posicionamento da organização em momentos diferentes.

O artigo de Xing Ni argumenta que, como um partido e mecanismo de coordenação do governo com características chinesas, um mecanismo inclusive, do órgão de governação pluralista na participação consultiva e integração eficiente de mecanismo de mobilização de recursos, a “Governança pelos Grupos Pequenos” promove ativamente a diversificação dos órgãos de governação e o seu significado, bem como a eficácia dos resultados de governação. Ele digere a carga e o stress dos sistemas convencionais de controle e a estrutura de governação, também como um “sistema sub-formal” para promover a modernização do governo nacional da China.

Heng-Chung Hsiao da Universidade de Pequim, acredita que, sob a tendência da globalização, como o fluxo de liquidez frequentemente

conveniente e “Talent Flow”, com o complexo de “lei da vantagem comparativa” é acionado o papel do estado, que não é apenas o dono do país com o maior árbitro interno. Após o desaparecimento da distância geográfica pela globalização, o foco da competição está a expandir-se a partir de todos os tipos de organizações dentro dos limites do estado-nação para o próprio estado. Em outras palavras, por causa da globalização, os países tornaram-se os principais atores da concorrência e o campo competitivo também se estende a todo o mundo. A fim de aumentar a competitividade em todo o mundo, todos os países tentam aumentar a eficácia do seu governo como um todo, através de reformas internas e mudanças políticas. No entanto, o primeiro impacto negativo causado por este efeito é a governação política. Todos podemos imaginar que sob o impacto da globalização, o papel obrigatório do estado é a de fazer as alterações apropriadas.

III. Experiência de Inovação dos Serviços Públicos

Mohammad Roudo, da Universidade de Birmingham acredita que a introdução de Padrões Mínimos de Serviços (MSS) em 2005, é atualmente o foco central da política de descentralização na Indonésia. É uma resposta à insatisfação com a qualidade dos serviços públicos básicos em diferentes regiões e à alta pressão da população local para melhorar a prestação de contas e desempenho de seus governos locais na prestação desses serviços públicos básicos. O problema encontra-se na interseção entre a economia política, finanças públicas e conceitos de comportamento organizacional, conceitos e teorias especificamente ganhos e riscos de descentralização, eficiência alocativa, problemas de gestão básica e gestão de desempenho. Argumentamos que, embora alguns ganhos potenciais da descentralização possam ser capturados pela prática de Padrões de Serviços Mínimos, alguns riscos e consequências negativas podem surgir. O autor sugere melhorar a concepção e arranjo institucional para garantir que a introdução de “MSS” ganhe as promessas de minimizar as consequências negativas da descentralização.

IV. Participação Pública e Gestão Social

BaiyingSun, da Universidade de Renmin da China, com base na análise de múltiplos casos pesquisados ao longo da última década, das

estratégias de ação adotadas pelas organizações de base em face a vários conflitos sociais como pano de fundo, a fim de manter a estabilidade social e procurar influência e autoridade política do partido ao nível das bases, BaiyingSun tenta responder a duas questões: em primeiro lugar, à evolução social das organizações de base nas políticas sociais governativas há mais de uma década; em segundo lugar, ao poder e ação lógica da evolução social das organizações de base.

Tingjin Lin, da Universidade de Economia e Finanças de Nanjing, acredita que, para entregar a proteção ou qualidade do ambiente “para a construção da civilização ecológica”, como é descrito pelo slogan oficial, tornou-se um dos objetivos mais importantes desde a época de Hu Jintao. No entanto, os estudos existentes mostram que a cultura do empreendedorismo dos governos locais na China, alimentada pelo mecanismo de promoção de líderes locais, ainda dá maior prioridade ao desenvolvimento económico do que à proteção do meio ambiente. Os cidadãos continuam a queixar-se da proteção insuficiente e ineficaz ao meio ambiente. Usando os dados de 2011, o Inquérito de Serviços Públicos da Universidade Tecnológica de Nanyang, realizado em 32 cidades chinesas, emprega uma análise de modelo linear hierárquica, que testa empiricamente a lógica do empreendedorismo do governo local, através da competição das autoridades concorrentes para promoção política, influência e satisfação do cidadão com o nível de proteção ambiental da sua cidade. O estudo demonstra claramente que o empreendedorismo dos dirigentes políticos tem efeitos negativos sobre a satisfação do cidadão à proteção ambiental, devido à contínua e obsoleta progressão na carreira.

V. Desenvolvimento Económico e Regulamento em Macau

Shun-Ho Chu, da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, acha que as políticas de liberalização do jogo, implementadas em 2002, permitiram que os investidores locais e estrangeiros investissem em novos casinos em Macau. As políticas de liberalização abriram-se a empresas estrangeiras de jogos no mercado do jogo de Macau e puderam ajudar na introdução de experiência em gestão e tecnologia estrangeira. Por outro lado, também trouxeram aos operadores do mercado de jogos locais, grandes pressões competitivas.

O estudo tenta fundamentar-se sobre “Structure-Conduct-Performance” (SCP) modelo (Bain, 1951), a fim de usar o modelo de concentração para examinar as condições estruturais do mercado de jogo em Macau. Enquanto isso, o modelo “Panzar-Rosse”, também é usado para examinar a longo prazo, a concorrência no mercado do jogo em Macau. Em segundo lugar, este estudo apresenta recomendações específicas para a política de gestão de disputa do jogo de Macau, proporcionando políticas de gestão como referência para as agências reguladoras do jogo em Macau para garantir uma concorrência leal no mercado empresarial e de jogos locais e manter a sustentabilidade a longo prazo da indústria de jogos.

Lai Pou San, da Associação dos Funcionários Públicos de Macau, vista a partir da década de 1970, as auditorias do governo começaram a usar a auditoria de desempenho como o centro de pesquisa, na coexistência de um estágio de desenvolvimento de auditoria moderno, da auditoria de desempenho e da auditoria financeira. A Auditoria de Desempenho do Governo desempenha um papel importante nas ações restritivas do governo e fortalece o poder de fiscalização do governo. Junto com a ampliação no âmbito de empenho do Governo sobre a responsabilidade da economia pública, o público está cada vez mais preocupado sobre se o governo pode utilizar razoável e efetivamente os recursos públicos no cumprimento do compromisso. Isso requer às agências de auditoria do governo a realização de auditorias de desempenho da despesa pública, de modo a satisfazer a procura do público.

Sio Hong Vong, do Commissariado da Auditoria Especial de Macau, disse que a gestão ambiental abrange uma gama muito ampla. O controle de resíduos urbanos é uma das tarefas mais importantes. Nos últimos anos, a quantidade de resíduos sólidos urbanos produzidos em Macau aumentou continuamente. Isso exerceu uma grande pressão sobre os incineradores e aterros sanitários. Existem diferentes desenvolvimentos e realizações em termos de controle e tratamento de resíduos urbanos em algumas regiões vizinhas o que permite a Macau, aprender com estas regiões e empossar a experiência de gestão.

Embora Macau tenha sido promovida na educação ambiental e separação voluntária e trabalho de reciclagem, durante muitos anos, a falta de regulamentos de controle de desenvolvimento, medidas de infraestrutura e avaliação científica dos resíduos urbanos e da indústria de reciclagem tornou-se insuficiente para suportar um trabalho de separação e recicla-

gem eficaz, sendo por isso, uma ameaça de desperdício de desenvolvimento urbano, ainda muito preocupante. O órgão de administração deve consultar o quadro de gestão de resíduos multinível, reconhecido internacionalmente, introduzir a reciclagem de infraestruturas de tratamento de resíduos e melhorar os equipamentos existentes, reforçando a cooperação regional a fim de expandir os benefícios do desenvolvimento de infraestrutura e indústria de reciclagem, acelerar a construção do sistema legal e de gestão, mobilizar a participação da comunidade, bem como aumentar a consciência social entre os moradores para responder ao “Not-In-My-Back-Yard (NIMBY)”, a fim de reforçar a redução de resíduos e trabalho de separação e reciclagem.

VI. Implementação e Execução de Políticas

Chung-Yuang Jan, da Universidade Nacional de Chengchi, disse que a investigação da cultura administrativa nos últimos anos tem sido a atenção renovada dos peritos da administração. Do ponto de vista da política de pessoal implementada de Taiwan, estabelece-se um sistema de ética moldar e uma cultura administrativa excelente, tornando-se o foco do desenvolvimento da administração pública em Taiwan. No entanto, sobre o conceito de cultura administrativa, os diferentes acadêmicos têm opiniões diferentes sobre o assunto. Assim, queremos definir o conceito de cultura administrativa e em seguida construir a análise orientada da cultura administrativa, para analisar o processo de transformação administrativa e cultural em Taiwan no sentido de melhor se entender o que são os valores fundamentais da cultura administrativa atual.

Chengwu Lou, da Universidade Northeastern, acha que os vários problemas da prática política ambiental estão concentrados no governo local. Ao definir estas situações de conflito político na implementação da política ambiental específica, o estudo valida ainda mais a teoria das predisposições ambientais do que o comportamento do governo local.

Em comparação com as “características chinesas de federalismo fiscal” e “autoritarismo de descentralização”, o equilíbrio da “doutrina de política Responsável”, entre a autonomia e capacidade de resposta do governo local na implementação da política ambiental. Ele também resumiu com precisão, a lógica comportamental das estratégias de implementação de políticas que o governo local, constantemente, ajustou de acordo com

o tempo e situação. Também distinguiu o autoritarismo descentralizado, que é diferente da doutrina política autónoma e excesso de confiança na “capacidade de resposta”. Ao enfrentar o estilo estratégico de resposta dos governos locais na implementação da política ambiental, a “determinação sénior” e “políticas adequadas” constituem uma condição suficiente para a efetiva implementação de políticas ambientais. No entanto, como as questões ambientais são inerentemente complexas, bem como as nossas características de país específico, o que nos levou a enfrentar (não importa como) a lição governativa ambiental no governo local, ou a generalização do modelo de implementação da política ambiental do governo, sendo apenas um “fragmento” de realização de uma “panorâmica” para a boa governação ambiental do governo local.

VII. Gestão dos Recursos Humanos no Sector Público

Wo Kan Chao, do departamento de Inspeção e Coordenação de Jogos SAR Macau, acha que a educação e aprendizagem ao longo da vida, como um nome próprio, no dicionário sobre a educação. Wo Kan Chao referia-se ao francês Paul Leugrand, Diretor da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO) do departamento de Educação de Adultos e Educação teórica, que promoveu a filosofia educacional em 1960, apontando que as pessoas deviam continuar a educação proposta, a fim de se adaptarem à realidade. Assim, a educação ao longo da vida, é um produto dos tempos e faz parte das necessidades objetivas das pessoas.

Guang Zhang, da Universidade de Xiamen, indicou como é que são decididos os níveis salariais dos funcionários do governo. Apesar dessas questões serem fundamentais para uma melhor compreensão do governo chinês, ainda não tiveram uma investigação sistemática. O trabalho do académico tenta preencher esta lacuna. O académico acredita que as diferenças regionais nos salários dos funcionários públicos, são influenciadas principalmente por fatores políticos e económicos: o primeiro inclui as relações fiscais entre os regulamentos e as políticas centrais de planeamento e do governo; o segundo refere-se principalmente à diferença nas várias regiões e dos enormes “fundamentos económicos”. Entre eles, os fatores económicos constroem o governo central e local, sendo que, o governo vai aproveitar os salários e ferramentas de política fiscal para responder a fatores económicos. Depois de analisar o desenvolvimento da política sa-

larial desde a fundação do nosso país, ele usou os dados do painel provincial de 1997-2008 para análise empírica. No estudo constatou: o PIB per capita, os preços da habitação e os ajustes da política salarial central vão elevar o nível de salários dos funcionários públicos. Não é positivamente correlacionado com o pagamento financeiro, transferência de renda significativa de autonomia local e os níveis salariais em diferentes províncias. A Interpretação destes dois indicadores “é grande e praticamente o mesmo. O número dos funcionários públicos provinciais e FDI está significativa e negativamente correlacionado com os níveis salariais. Além disso, “path dependence” do nível salarial regional, também é muito óbvio.

Fanbin Kong, da Universidade de Nanjing, pensa que a declaração oficial de propriedade em todo o mundo tem muitos modelos de maturidade, bem como um exemplo bem sucedido do caso. A prática deste sistema na China continental foi interrompido numa etapa relativamente inicial da declaração de renda e cujo efeito de aplicação é reduzido. A sua função de analisar a propriedade oficial do sistema de declaração do continente chinês, nesta fase, tentando encontrar os fatores que dificultaram o desenvolvimento do sistema e dadas as discussão do sistema oficial de declaração de propriedade no continente, entram na agenda legislativa.

VIII. Democracia, Política e Administração: Experiência Internacional

Ujjwal Kumar Singh, da Universidade de Delhi, na Índia, acredita que as eleições são momentos na vida de uma democracia, quando as energias políticas estão no auge e no modo do grupo se expressar pluralmente. As eleições, no entanto, não esgotam as possibilidades da democracia e constituem o que pode ser chamado de condições de existência de uma democracia necessária mas não suficiente. As eleições democráticas, no entanto, têm certas características que as diferenciam daquelas que não são assim. Num nível fundamental, pode-se argumentar que as eleições democráticas têm como premissa o princípio das certezas processuais, o que exige a criação de quadros institucionais legais de governação eleitoral. As certezas processuais na gestão das eleições, pavimenta o caminho para as incertezas democráticas no resultado final. No entanto, uma eleição não é apenas sobre os procedimentos e resultados finais, é também sobre os procedimentos propícios para a criação de espaços onde as maiorias democráticas podem ser produzidas através de deliberação. O artigo

explora as especificidades de governação eleitoral nas eleições gerais na Índia para o dia 16 em Lok Sabha (Abril-Maio de 2014). Ao examinar os micro-processos de governação eleitoral, que incidirão sobre questões específicas relacionadas com a micro-gestão do espaço eleitoral e assumiram importância nos debates públicos, elaboração de política oficial e intervenções do poder judiciário. Estes incluem, questões relativas à garantia da concorrência eleitoral livre e justa, à vigilância do espaço eleitoral e à restauração do conteúdo ético na política, pela regulamentação do financiamento e das despesas eleitorais pelos partidos políticos para combater a corrupção, os debates sobre a privação de direitos e candidatura de infratores condenados e candidatos “*charge-sheeted*”, entre outros.

Jesse Campbell, da Universidade de Chung-Ang da Coreia, acredita que o reforço da confiança no governo, através de um melhor desempenho e transparência, são os temas centrais da agenda da reforma da administração pública contemporânea. No entanto, pouco trabalho empírico examinou se esta estratégia pode também facilitar um contexto de implementação da política reforçada, pela vontade crescente do cidadão de respeitar e cumprir as escolhas políticas difíceis. Este estudo aborda esta questão empiricamente, utilizando dados de pesquisas coletadas em 2011, de 884 cidadãos de Seul, na Coreia do Sul. Os resultados da análise de equações estruturais sugerem que tanto a satisfação do serviço e conhecimento das políticas públicas para aperfeiçoar o cumprimento voluntário, mas que os seus efeitos são mediados por um aumento da confiança no governo. Este estudo faz uma contribuição para a literatura de gestão pública através da identificação de um resultado potencialmente importante do desempenho do governo e da transparência e desenvolver um modelo teórico que ligue essas construções simultaneamente. Ambas as implicações teóricas e práticas deste tópico são discutidas na sequência de uma apresentação da análise empírica

IX. Modo e Lógica de Cooperação Organizacional

Wei Kang, da Universidade de Engenharia de Harbin, disse que a pesquisa nacional e estrangeira e a prática de gestão nos últimos anos mostra que a cooperação e coordenação dos setores públicos, as organizações sem fins lucrativos, bem como as organizações de mercado estão a favor da integração e unidade de ação eficaz no recurso da resposta da crise pública. No seu artigo, com base na teoria da governação e nas teorias

de aprendizagem colaborativa, seleciona a rede de organizações do terramoto de “Ya’an” como pesquisa empírica, fazer uso da rede social como métodos de análise para a investigação sobre a organização de cooperação na gestão da crise pública através do uso de modelos de gráficos aleatórios exponenciais, o artigo analisa objetivamente o mecanismo de funcionamento da rede global da organização. Dependendo da forma de estrutura de rede particular, revelou o comportamento cooperativo das organizações e das suas relações e explorar ainda mais as formas de cooperação e colaboração entre as organizações. Portanto, para melhorar a rede de colaboração interna do governo, deverá haver um mecanismo de coordenação entre os vários serviços públicos de setores interligados e deverão ser estabelecidos os mecanismos de cooperação e assistência das áreas vizinhas. Além disso, ampliar as formas de cooperação entre a ONG pode otimizar a rede de cooperação ONG. Estabelecer plataforma colaborativa, ou seja, com as organizações não governamentais envolvidas lideradas pelo governo, e construção de gestão de crises multi-organizacional para melhorar a eficiência da colaboração pública na crise governativa.

RonghuaShen, da Universidade de Soochow, acredita que a transferência das funções de governo é um grande problema teórico e prático da governança pública. À medida que a organização social é importante para as funções de governo, também é líder no domínio da organização social, sendo igualmente o apoio organizacional das forças sociais em ação coletiva e consiste em valores positivos, como integradora, associativa de liderança e fomento. No entanto, na prática, ainda existem problemas, “de falta de supervisão”, “de gestão e integração reduzida”, “poder forte, mas direitos igualmente reduzidos”. A principal razão está no crescimento racional lento na organização social sobre a racionalidade individual, em que, sobre a racionalidade individual é a causa subjacente do dilema da ação coletiva. Isto requer organização social para construir ainda mais, o sistema para alcançar um crescimento na organização social que é a chave para ajustar adequadamente a racionalidade individual, a legalidade do sistema coordenado e reforma na integração da racionalidade para unificar os indicadores ambientais e análise de desempenho, bem como para a construção de um sistema de supervisão interna.

Jinzhong Song, da Universidade do Leste da China, acredita que a confiança organizacional tem um papel extremamente importante na organização para o desenvolvimento sustentável. O trabalho de pesquisa do acadêmico teve como objetivo fornecer evidências empíricas de casos

locais na justiça organizacional, confiança organizacional e a teoria do comportamento de cidadania organizacional. A pesquisa baseou-se na hipótese de que a justiça organizacional é um argumento importante no estudo da confiança organizacional e que o comportamento de cidadania organizacional são variáveis de desfecho. A pesquisa do académico tentou verificar a relação entre a justiça organizacional, o comportamento de cidadania organizacional e a confiança organizacional, através dos alunos da Universidade do Leste da China, que estudaram na Escola de Educação Continua em 2013, como objetos de estudo. O estudo também explorou e mediu o efeito agência de confiança organizacional entre a justiça organizacional e comportamentos de cidadania organizacional. O estudo foi realizado utilizando a recolha de dados através de um questionário. A análise dos dados mostrou: uma correlação significativa entre a justiça organizacional, confiança organizacional e comportamentos de cidadania organizacional. O resultado da ação residiu na confiança organizacional (confiança do empregado para a organização) entre a justiça organizacional (património interpessoal, informações simétricas) e reconhecimento da organização, bem como na confiança organizacional (a confiança nos líderes e colegas) entre justiça organizacional (património interpessoal) e profissionalismo.

X. Gestão Fiscal e Inovação

Chunkui Zhu, da Universidade de Fudan, pensa que, segundo o paradigma da política de inovação a mudança gradual do lado da oferta ao lado da procura, promove a inovação orientada das políticas de aquisição do governo provocando a preocupação generalizada da política de inovação dos académicos e dos policy makers. No artigo, o académico usou os dados do painel inter-provincial de 2000-2011 e estabeleceu o modelo econométrico para estudar o impacto da contratação pública na inovação tecnológica na China. Explorou o impacto em diferentes regiões e em circunstâncias diferentes, devido às diferenças de saída de inovação. Por isso, aprofundou o conhecimento do governo na compra de inovação tecnológica.

XijinJia, da Universidade de Tsinghua, pensa que o orçamento participativo é geralmente considerado como experiência democrática inovadora tendo sido levado à prática em 1989 no sul da cidade de Porto Alegre, Brasil.

Ele apareceu depois da vitória eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro, que criou a ideia de que usar a abordagem da “gestão nacional” para participar na gestão do governo. Não é apenas no poder de cidadãos que se refletiram nas eleições. Na origem da democracia deliberativa e democracia participativa, este princípio inovador tem sido amplamente difundido no Brasil. Em 2000 o orçamento participativo no Brasil envolve cerca de 30 000 pessoas. Mais tarde, foi estendido a todo o Rio Grande do Sul. O número de participantes rapidamente atingiu 300 000 em 2002, e a prática começou a espalhar para uma escala global. Por enquanto, 80 por cento das cidades do Brasil adotaram tais práticas, e em 2008, existiam 2 000 cidades em todo o mundo que introduziram o orçamento participativo, incluindo cidades da Alemanha, França, Estados Unidos, Canadá, Espanha, Suécia, Toronto, América Latina, Peru, Equador, Bolívia, Colômbia, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, República Dominicana, Nicarágua, Salvador e México, assim como Índia, Coreia, Japão, Indonésia, Camarões, Sri Lanka, e ainda, a África do Sul.

XI. Desempenho e Gestão no Setor Público

Tippawan Lorsuwannara, do Instituto Nacional de Administração e Desenvolvimento da Tailândia pensa que, enfrentando as limitações da burocracia e as pressões da crise e da mudança, as reformas do governo em muitos países adotaram uma disciplina da Nova Gestão Pública, separando agências autônomas do setor público. No entanto, ainda existem poucos estudos de avaliação deste tipo de agência de performance. O trabalho de pesquisa tem dois objetivos principais: (1) explorar a autonomia das nove agências independentes, sob o Ministério da Indústria, da Tailândia; e (2) apresentar a avaliação do desempenho destes nove órgãos independentes. O estudo utiliza ambas as abordagens qualitativas e quantitativas de coleta de dados, incluindo três grupos focais, 37 entrevistas, e 3.428 inquéritos. O papel aplicado aos conceitos de “*agentification*” da Nova Gestão Pública para examinar as multi dimensões da autonomia e do valor do dinheiro (VFM) para avaliar o desempenho das nove agências, cobrindo a eficácia, a autossuficiência financeira e o impacto para o desenvolvimento industrial. Verifica-se que em geral estas nove agências independentes têm baixo grau de autonomia. As funções de formação e testes de produtos são melhores do que a pesquisa e consultoria. Aquele

artigo finalmente discute os efeitos não intencionais da “*agentification*” e sugere implicações políticas e gerenciais para mais direções de pesquisa.

XII. Concorrência e cooperação intergovernamental

Hongguang Chen, da Universidade de Anhui, pensa que a cooperação dos governos locais é o conteúdo principal das relações intergovernamentais. Essas relações, não só incluem o desenvolvimento econômico e social entre os governos locais, o controle da poluição dos rios, a construção de estradas e outras relações de cooperação, mas também a cooperação entre as áreas legislativas, judiciárias e outras. O seu estudo pesquisa a cooperação entre relações não-administrativas dos governos locais e analisa a situação atual e os problemas de cooperação do governo local existentes. Do ponto de vista jurídico, analisou as questões envolvidas na cooperação do governo local e analisou ainda os problemas comuns. Aprendeu com a experiência estrangeira a lidar com esse problema e propôs algumas sugestões à cooperação dos governos locais.

Liming Suo, da Universidade de Ciência e Tecnologia Eletrônica, entende que os governos locais da China têm cada vez mais que colaborar uns com os outros para resolverem problemas políticos que abrangem os limites das jurisdições geográficas individuais. Um dos mecanismos de colaboração regionais são os acordos inter locais (ILAS) - em que um governo local colabora com outro ou em que várias jurisdições disponibilizam em comum, os seus recursos para a resolução conjunta de problemas, e para a melhor a coordenação inovação. Um acordo inter local entre dois governos constitui uma relação didática. Se cada governo, participar também, de outros acordos com outros governos locais, essas relações formam uma estrutura de governança regional a nível macro, que compreende um conjunto de atores numa rede social. Neste artigo, vamos olhar para o chamado caso “9 + 2” de 182 acordos inter-locais em sete arenas políticas, em que participaram conjuntamente, nove províncias (Fujian, Jiangxi, Hunan, Guangdong, Guanxi, Hainan, Sichuan, Guizhou, e Yunnan) e duas regiões administrativas especiais (Hong Kong e Macau). Com a análise daquela rede, iremos fornecer respostas às seguintes perguntas: como se ligam estas jurisdições locais através do CPA? Como estes acordos são relacionados, através da participação conjunta de diferentes jurisdições? Qual a província ou região que vai ocupar uma po-

sição central em cada rede? Que inter acordo local é compartilhado pela maioria dos partidos?

Yongle Li, da Nanjing University of Finance and Economics, disse que o ambiente institucional afeta escolhas do comportamento humano. Sob a descentralização chinesa, há três formas principais de competição intergovernamental: primeiro, a concorrência fiscal vertical entre os governos em diferentes níveis; em segundo lugar, a concorrência horizontal entre os diferentes governos nos mesmos níveis; em terceiro lugar, a concorrência entre os mesmos governos em diferentes períodos. Vertical, competições horizontais e periódicos em conjunto, constituem uma estrutura tridimensional estável. Gestão descentralizada dos recursos da terra, dada a competência real do governo local no âmbito da jurisdição do terreno. À medida que os governos locais são caracterizados por “fragmentação”, da terra e dos recursos e tornar-se o ponto de apoio de escolha comportamental entre os governos locais para competir na estrutura tridimensional da China. Devido a isso, as competições de são feitas de modo a que o governo local obtém benefícios económicos e políticos. Ela mostra principalmente, através da venda de um terreno estatal (transferência de terras) para obtenção de receita extra, que acede ao investimento e ao crescimento económico através da zona, parque ou áreas de construção, e da obtenção de um novo crescimento, através do replaneamento da terra ou ajuste e assim ganhar nova conquista.

O mesmo comportamento que os governos locais tendem a escolher, levou à sobre-exploração dos recursos da terra e não é propício ao desenvolvimento económico e social sustentável. Assim, quebrando a estrutura tridimensional única de competição intergovernamental, e para a construção de um mecanismo razoável de incentivo e de restrição do uso sustentável dos recursos da terra, é a premissa de segurança. Isso pode alcançar até três caminhos para iniciar com a colaboração orgânica entre governos. Eles são: fazer “um preço justo”, dar “incentivos adequados” e fazer “a coordenação direita”. Estes três caminhos não têm os limites restritos. Eles interagem e influenciam-se mutuamente. Mas “dar um preço justo” é ajustar principalmente a concorrência fiscal, ao passo que “fazer a coordenação direita” é principalmente fazer a regulação da promoção e da concorrência e “fazer incentivos adequados” é fazer o ajuste antes e depois da política de concorrência.

XIII. Ética Administrativa e de Gestão de Desempenho

Huang Ding, da Universidade de Wuhan, pensa que o valor da governança pode refletir a esperança, as ideais e as crenças contando para a governação. A razão fundamental para o aparecimento múltiplo da transformação do paradigma do desenvolvimento histórico da administração pública, é as mudanças no valor de governação, em que pode ser refletido na prática académica. Há uma característica histórica óbvia existente na pesquisa chinesa e ocidental sobre a governança e as mudanças no valor do mesmo. O resultado da pesquisa ocidental, do valor da governança e das suas alterações, passou pela administração pública tradicional, que é baseado na eficiência e economia. Usou a justiça social como os valores fundamentais da nova administração pública. A pesquisa também usou múltiplas demandas, com o objetivo de maximizar os benefícios da orientação básica do valor da nova gestão pública e do humanismo usado e de interesse público, como os valores básicos para desenvolver as quatro fases do novo serviço público. Considerando que para a evolução do valor da governação chinesa, mostrou-se claramente as características do estágio como uma “saliência dos valores de eficiência” dos anos 1980 e 1990 e “começou a concentrar-se no seu valor justo e no século XXI” de valor pluralista, como equidade, justiça e democracia”, as características do estágio. Para buscar a eficiência, valor e justiça, que são os dois grandes objetivos do governo, é necessária uma maior exploração, a fim de unificar a administração pública.

YueZhuo, da Universidade de Xiamen, pensa que a teoria da governação da Internet contém os elementos básicos, como interdependência, igualdade no diálogo e parceria, que fornece orientações básicas, valor para o governo, no sentido de atividades de auditoria de desempenho. Ele levantou novas exigências ao caminho para implementar uma auditoria de desempenho do governo, analisando diferentes perspectivas, construindo estratégias de ação, independência e equilibrar a capacidade de resposta. Estas serão a base fundamental para o desenvolvimento da auditoria de desempenho para examinar a situação atual.

Haina Yan, da China Normal University, pergunta quem faz a avaliação do desempenho do governo realmente funciona desde o surgimento da avaliação de desempenho do governo, que tem sido passado por uma longa história. A resposta a esta questão tem grande diferença entre os estudiosos ocidentais, seja na teoria ou no trabalho de campo, e é uma

questão ainda controversa. Da mesma forma, embora a Avaliação do Desempenho da Gestão do Governo tenha-se desenvolvido rapidamente por todo o país, as atividades de avaliação do governo local não estão questionando como “fazer a avaliação, porque se tem que fazer” e “fazer a avaliação, para o desempenho “. Então, Yan Haina, questionou se a avaliação de desempenho realmente funciona na governação local interna e externa por tantos anos a desenvolvê-lo? Qual é o papel da avaliação de desempenho? Em que medida é que funciona? Quais os fatores que afetam o seu papel? Para as perguntas acima, ela afirmou que é difícil encontrar as respostas existentes do Ocidente, mas há alguns estudiosos chineses a realizar um estudo sistemático dessas questões.

Portanto, no seu artigo usou os distritos A e B da província de Guangdong como um caso de estudo, partindo da perspectiva dos funcionários públicos, adotando medidas específicas para medir a avaliação do desempenho do governo na alocação de recursos, prestação de contas do desempenho, a cooperação entre o governo e melhorar a gestão interna. E a partir da avaliação de oito áreas como a capacidade de carga, validade, confiabilidade, importância, efeito sobre a reforma do sistema de departamento grande, o desempenho de comunicação e feedback, o poder e a motivação da participação do público e a capacidade de liderança, para discutir a avaliação de desempenho e o seu grau de influência.

XIV. Da Reforma Administrativa e Anti-Corrupção

Tianxiang Chen, da Universidade de Sun Yat-Sen, utilizou como critério para a sua investigação, os “fatores - manifestação - controles”. Primeiro corrigiu variáveis relevantes de discricção, incluindo o grau de complexidade, o tamanho do espaço de proposta política, o processo de aprovação, o grau de especialização do negócio, aprovação e seus fatores de juros. Depois, resumiu as quatro formas dos comportamentos discricionários na aprovação administrativa. São regras de refinamento, de aplicação flexível, de interpretação da política e procedimentos de definição. De acordo com a diferença de intensidade das quatro formas de comportamento afetados pela discricção, o acadêmico integrou os conceitos de física. Propôs um modelo de “seleção de um trajeto sob o espaço político” para explicar o grau de intensidade de comportamentos discricionários. Por fim, começou pelos fatores de discricção e resumiu as medidas de reforma que controlam os comportamentos de aprovação administrativa.

Refletiu sobre a reforma e mostrou que não é uma necessidade para o projeto de nível superior e de apoio antecipado.

Deshui Zhuang, do Centro de Pesquisa de Integridade do Governo e anti corrupção da Universidade de Pequim, sugeriu que o sistema de inspeção de disciplina é uma parte importante do sistema de governo nacional. É uma garantia importante para sistemas de governação nacionais e modernização da capacidade governativa. Do ponto de vista da governação, o modelo de controle da corrupção deve mudar e integrar-se a partir do modelo principal do modelo de governo para o modelo baseado na comunidade de governação. Além disso, deve mudar do modo anti-corrupção para o direito legal e de regulação das ferramentas de democracia. O núcleo do sistema de inspeção de disciplina é a transformação funcional, o que exige mais foco na construção da integridade e na luta anti-corrupção. Portanto, a supervisão e implementação de regras é necessário. A orientação básica da reforma do sistema de inspeção de disciplina está a usar a lei como regra contra a corrupção. É necessário reajustar a relação de poderes e interesses, de modo a alterar as suas estruturas e otimizar a configuração de energia e padrão de interesses. Um sistema completo do sistema de inspeção de disciplina devem incluir e começar com a organização de inspeção de disciplina, métodos de inspeção disciplinar, sistema de inspeção de disciplina e pessoal de inspeção disciplinar.

Hui Li, da Universidade de Fudan, fez uma tentativa teórica para a atitude anti-corrupção das pessoas. Ele usou a “eficácia da anti-corrupção” para medir a consciência e as atitudes de um indivíduo no sentido anti-corrupção. A pesquisa então realizada refletiu a avaliação subjetiva do público na anti-corrupção. Se o indivíduo é certamente mais vocacionado para as funções anti-corrupção, a eficácia do seu trabalho será mais elevada e vice-versa. Nesta base, o seu artigo utilizou os dados empíricos “Shanghai, inquérito da vida pública” para análise em 2008 e descobriu que o sentido de justiça do indivíduo não irá afetar significativamente a consciência e as atitudes anti-corrupção do público. Para ser mais específico, ele descobriu três conclusões. Em primeiro lugar, com base no sentimento de desigualdade de distribuição de rendimento, tanto a macro como a micro desigualdade de distribuição de renda vai aumentar o sentido de eficácia individual de anti-corrupção. Em segundo lugar, com base na tolerância da desigualdade de poder, a sensação de distância do poder individual vai reduzir a eficácia da anti-corrupção. Terceiro, os efeitos de interação existem, entre os dois resultados acima mencionados, devido à

eficácia variável contra a corrupção. E que, com base nos efeitos positivos do sentido macro na distribuição de desigualdade de renda para a eficácia contra a corrupção, a tolerância individual da desigualdade poder vir a ser diluída.

XV. Pesquisa de Políticas Públicas

Ziaoping Jiang, da Universidade de Sichuan, pensa que, com o desenvolvimento económico e social do sistema de serviço público, a China deslocou-se do sistema anterior, da fase de construção da capacidade de oferta, para o equilíbrio da oferta e da procura de mecanismos em fase de construção. A preocupação do público para o serviço público também mudou: de “quantidade”, etapa anterior só para agora, tanto “qualidade” e “quantidade” palco. Por causa da construção atual e estado de funcionamento para o sistema de serviço público, Ziaoping Jiang pesquisou e analisou em 1.621 questionários válidos de 1700, o público a partir de 22 províncias. Combinado com a sua pesquisa atual, ele sugeriu que a construção de um sistema de serviço público eficaz fasse a exigência do público aos serviços públicos. Outra exigência do público, inclui o âmbito e as normas, a equalização das necessidades básicas de serviços públicos, a demanda para a construção de um sistema multi-sujeito, eficiente de mecanismo de funcionamento e as necessidades de envolvimento em sistema de serviço público. Os estudos também sugeriram que a exigência do público pode refletir o sistema imperfeito de serviço público e os direitos públicos incompletos. Portanto, para garantir que o público possa realmente beneficiar do serviço público, a proteção dos direitos públicos e a melhoria contínua no mecanismo de serviços públicos são o núcleo para melhorar o sistema de serviço público.

Fanbin Zeng, da Universidade de Jinan, reuniu a questão do uso da Internet nos “incidentes de massa” e questionou o impacto sobre a participação política. Através do fluxo de informações, a teoria da mobilização organizacional, o enquadramento e fragmentação da autoridade do estado, os meios de comunicação e do ambiente político, permitiu-lhe elaborar o modelo de teoria do efeito da Internet nos cidadãos em participar dos eventos políticos. Através do uso de multimodo de estudo de caso, o estudo selecionou quatro tipos de incidentes de massa na participação política tendo três conclusões. Em primeiro lugar, o impacto da *Internet* sobre os incidentes de massa é submetida à sua natureza e à atitude dos

meios de comunicação tradicionais e do governo para o evento. Em segundo lugar, o impacto da *Internet* sobre os incidentes de massa também é submetido à extensão dos cidadãos que utilizaram a Internet e as suas características. Em terceiro lugar, se o incidente em massa é a “válvula de segurança” ou a “panela de pressão” para o desenvolvimento social, em grande medida, depende do relatório correspondente dos meios de comunicação tradicionais. Se os meios de comunicação tradicionais relatados anteriormente na Internet, são relatados em detalhes, então a Internet será a “válvula de segurança”. No entanto, se os meios de comunicação tradicionais não relatados a tempo ou com relatos tendenciosos, então a Internet vai tornar-se uma “panela de pressão” para a sociedade